

continuação

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA | CNPJ: 04.895.728/0001-80

proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. **37.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2017		31/12/2016 <sup>16</sup>	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	1.075.402	1.075.402	182.874	182.874
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	525	525	983.726	983.726
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2.018.184	2.018.184	1.781.540	1.781.540
Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros ao valor justo	48.720	48.720	-	-
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Ativos financeiros ao valor justo	8.466	8.466	65.284	65.284
Ativo financeiro de concessão	Ativos financeiros ao valor justo	1.776.977	1.776.977	1.554.103	1.554.103
Total do ativo		4.928.274	4.928.274	4.567.527	4.567.527
		31/12/2017		31/12/2016	
Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Passivo ao custo amortizado	697.858	697.858	619.237	619.237
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	1.871.755	1.883.539	1.403.347	1.403.347
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	19.946	19.946	90.098	90.098
Valores a pagar da recuperação judicial <sup>17</sup>	Passivo ao custo amortizado	974.067	986.203	1.008.746	1.008.746
Debêntures	Passivo ao custo amortizado	994.808	1.034.930	960.227	963.789
Total do passivo		4.558.434	4.622.476	4.081.655	4.085.217

<sup>16</sup> Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia desconsiderou depósitos judiciais e partes relacionadas por não serem se trataram de instrumentos financeiros; <sup>17</sup> Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia para 2016 realizou a abertura da rubrica "Valores a pagar da recuperação judicial".

• **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como empréstimos e recebíveis. O saldo de caixa e bancos tem nível 1 na hierarquia de valor justo, enquanto o saldo de aplicação financeira, considerado com caixa e equivalente de caixa, tem nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.

• **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Valores a pagar da recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada CELPA que são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

• **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

• **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

• **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

• **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**37.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 19 de abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2017, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 582.701 (Em 31 de dezembro de 2016, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira dos bancos Itaú e Citibank são respectivamente R\$ 114.169 e R\$ 369.143). De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		31/12/2017	31/12/2016
Itaú - 200 MM			
Ponta ativa	US\$ + 2,00% a.a.	-	113.773
Ponta passiva	CDI + 1,02% a.a.	-	(105.549)
Total		-	8.224
Citibank - 455 MM			
Ponta ativa	US\$ + 2,8% a.a.	-	377.224
Ponta passiva	CDI + 2,0% a.a.	-	(475.546)
Total		-	(98.322)
CITIBANK-542 MM			
Ponta ativa	US\$ + 1,6% a.a.	599.963	-
Ponta passiva	117,25% do CDI	(571.189)	-
Total		28.774	-
Ponta ativa <sup>18</sup>	US\$	48.720	-
Ponta passiva <sup>7</sup>	CDI	(19.946)	(90.098)
Total		28.774	(90.098)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

**37.5. Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CELPA define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. Os procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia S.A.. Para o exercício de 31 de dezembro de 2017 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

**(I) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida. *Contas a receber.* A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu reestabelecimento somente ocorre após regularização do débito. A carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

Classe consumidora	%	
	2017	2016
Residencial	50,0%	52,3%
Industrial	10,5%	11,0%
Comercial	20,2%	20,2%
Rural	4,6%	3,7%
Poder público	9,9%	7,8%
Iluminação pública	2,4%	3,3%
Serviço público	2,4%	1,7%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 7.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

continuação